

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.456 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2002

Cota para os negros recebe parecer favorável

PÁGINA 4

Comissão lança carta de princípios para o Mercosul

PÁGINA 12



Custódio Mattos explica sua proposta na reunião presidida por Iris Rezende (C), ao lado do relator Moroni Torgan

Célio Azevedo

Porte de armas pode estar chegando ao fim

A Comissão Mista de Segurança aprovou ontem relatório do deputado Custódio Mattos proibindo para o cidadão comum o porte de armas, que ficaria restrito a policiais e membros das Forças Armadas. O texto também agrava as penas para o comércio ilícito de armamentos. Iris Rezende espera que a proposta seja aprovada logo pelo Senado e pela Câmara.

PÁGINA 3



Reforma do Judiciário vai agora a exame do Plenário

PÁGINA 5

Célio Azevedo



Gerardo Magela

Emilia Fernandes ressaltou o pioneirismo de Bertha Lutz na luta pelos direitos femininos

Mulheres homenageadas com Diploma Bertha Lutz

O Senado homenageou ontem cinco mulheres com o Diploma Bertha Lutz. O título foi concedido em reconhecimento ao trabalho de cada uma delas em favor dos direitos da mulher.

PÁGINAS 8 E 9



Segundo Romero Jucá, o grande objetivo da ANA é disciplinar a utilização dos rios

Jucá destaca ação da Agência Nacional de Águas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a Agência Nacional de Águas (ANA) pelo seu primeiro ano de atividades e por ter conseguido demonstrar, por meio de ações, que é capaz de cumprir os objetivos a que se propôs. A autarquia, subordinada ao Ministério do Meio Ambiente, é responsável pela execução da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Jucá destacou que o grande objetivo a ser alcançado pela autarquia é atingir a disciplina na utilização dos rios, a fim de evitar a poluição e o desperdício, pois "só dessa forma as futuras gerações terão acesso a água de boa qualidade".

Outra ação importante da ANA, afirmou, é o Programa Nacional de Despoluição das Bacias Hidrográficas (Proedes), em que a agência paga pelo esgoto tratado, visando a despoluição dos rios e a implantação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Alguns empreendimentos, informou, já foram aprovados, estão em andamento e trarão resultados relevantes para a sociedade.

Jucá disse que os dois principais problemas que o órgão está enfrentando são as secas prolongadas, especialmente no Nordeste, e a poluição dos rios. Ele destacou que, para informar a sociedade das ações que já começaram a ser implementadas, a agência publicou um folheto denominado *Missão, Ações e Desafios*.

CPI apura denúncia contra loja do Carrefour no Recife

Diretor da empresa depôs ontem sobre denúncia de compra de celulares roubados. Comissão faz hoje audiência pública na capital pernambucana

A CPI do Congresso que investiga o roubo de cargas no país aprovou a quebra do sigilo bancário da unidade dos supermercados Carrefour localizada no bairro da Torre, no Recife. A loja é acusada de ter, no ano 2000, colocado à venda 500 aparelhos celulares roubados, da marca Ericsson. Na reunião de ontem, a CPI ouviu o depoimento do diretor de assuntos corporativos do grupo Carrefour, João Carlos de Figueiredo Neto. "Nós compramos carga roubada? Tudo leva a crer que sim", admitiu.

Dois depoimentos surpresa levantaram a suspeita de que outras lojas do grupo também já receberam mercadorias roubadas. O diretor do Carrefour negou que a empresa tivesse conhecimento de outros casos, além do dos celulares. "O grupo refuta toda e qualquer suposição de envolvimento com cargas roubadas", afirmou.

DETALHES SOBRE ESQUEMA

O motorista Sálvio Barbosa Vilar, que está preso por transportar cargas roubadas, afirmou que, em 1997, ajudou a entregar carregamento de cosméticos, eletrodomésticos e víveres roubados na loja do Recife, onde seriam entregues até seis cargas ilícitas por semana. Segundo ele, o próprio gerente da loja recebeu as cargas, divididas em três caminhões, e pagou, em dinheiro, cerca de R\$ 2,7 milhões. Sálvio, que deu diversos detalhes sobre o esquema, também afirmou ter entregue cargas roubadas no Carrefour de São José dos Campos (SP) em 1998.

— As cargas mais valiosas, como eletrodomésticos, iam para o Carrefour. Tanto que, no Recife, eles pagam 60% do valor da nota, quando o normal é 40% — disse o motorista.



Integrantes da CPI do Congresso que investiga roubo de cargas no país ouvem o depoimento de João Carlos de Figueiredo Neto (no centro)

Encapuzado, um negociante de cargas roubadas identificado apenas como Cleverson, afirmou ter entregue pelo menos cinco carregamentos de secos e molhados e mais de 200 celulares no pátio do Carrefour Sul de Brasília há cerca de dois ou três anos. Segundo ele, um homem que se dizia gerente da loja, chamado Ricardo (identificado pela CPI como Ricardo Rodrigues de Matos) recebia as mercadorias e pagava em dinheiro. As notas seriam entregues em sacos de supermercado.

ESCLARECIMENTOS

Em nome da empresa, o diretor do Carrefour se comprometeu a esclarecer as novas acusações. No caso dos celulares, João Carlos disse que foi realizada auditoria interna e que dois gerentes de Recife, Cícero Amorim e Altair da Silva, foram demitidos por terem descumprido as normas de compras da empresa e adquirido os celulares sem autorização da matriz, "mas não por roubo de carga". Os funcionários teriam comprado a mercadoria diretamente, quando

as regras da empresa exigem procedimentos centralizados em São Paulo de cadastro de fornecedores e compra. Os celulares teriam sido adquiridos de revendedor autorizado Ericsson, com nota fiscal e a preços compatíveis com o mercado, de forma que a empresa, segundo o diretor, não teria como saber que se tratava de mercadoria roubada.

De acordo com o presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), "é preciso esclarecer se o Carrefour é contumaz na interceptação". Para ele, comprovadamente só há o caso dos celulares no Recife.

— Os outros fatos descritos nos depoimentos são quase que convincentes. Mas nós não vamos nos antecipar e dizer que as informações são corretas — afirmou.

Tuma anunciou que a comissão vai convidar representante da Ericsson para prestar esclarecimentos. Hoje, a CPI faz audiência pública em Recife para ouvir pessoas envolvidas com a interceptação dos celulares.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: discussão, em turno único, da MP nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; MP nº 11/01, cria o Fundo Seguro-Safrá e institui o benefício seguro-safrá para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; MP nº 12/01, abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional no valor global de R\$ 86 milhões, para os fins que especifica; PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; PR nº 1/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia a operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JPIC) no valor equivalente a até US\$ 300 milhões; Requerimento nº 20/02, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a inclusão na ordem do dia do PLS nº 96/01, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Parecer nº 76/02, submete à deliberação do Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini e Souza para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; entre outras proposições.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 3/02, altera a redação dos artigos 4º, parágrafos 3º e 4º, 5º, Vº, 13, caput, 15, caput, 16 e 21; bem como revoga os artigos 8º e 43, todos do PRS nº 43/01, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; e PRS nº 4/02, altera o parágrafo 3º e revoga o parágrafo 4º do artigo 2º do PRS nº 40/01, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao disposto no artigo 52, VI e IX, da Constituição Federal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação de atas e relatórios Plenário 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão aprova fim do porte de armas

Proposta libera o porte apenas para pessoas que precisam carregar armas por exigência da profissão, como policiais e membros das Forças Armadas. Cidadão comum poderá manter armamentos em casa

A Comissão Mista da Segurança Pública aprovou ontem relatório do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG) sobre a limitação à circulação de armas de fogo. Pela proposta do deputado, fica proibido o porte de armas, mas o cidadão comum pode continuar a possuir armamentos em casa. O projeto apresentado pelo relator não prevê restrições ao comércio de armas. Partes da proposta ainda serão discutidas separadamente, por meio de destaques, a pedido de parlamentares da comissão que têm pontos de vista diferentes acerca do assunto.

De acordo com o projeto, somente pessoas que precisam carregar armas por exigência da profissão, como policiais e membros das Forças Armadas, terão o porte liberado. O deputado também abre a possibilidade de uma pessoa portar uma arma excepcionalmente, desde que prove à Justiça que necessita transitoriamente se defender. O registro de armas também deverá obedecer a regras mais severas e transparentes, definidas no projeto, para que somente seja concedido em casos extremos.

— Entendemos ser prudente o acatamento de exigências mais específicas em relação ao cadastramento, impondo-se todo um conjunto de providências para que o registro e o porte só sejam admitidos como exceção restrita numa sociedade civilizada — argumenta o relator.

Custódio Mattos também incluiu no projeto o aumento, em um ano de reclusão, da pena para

porte ilegal de armas legais, estabelecendo diversas graduações para o caso de porte de armas ilegais. Além disso, o deputado sugere que haverá agravamento da pena por cessão de armas a crianças e adolescentes, que será aumentada se a arma for utilizada para a prática de crime.

— O Código Penal não distingue crime de contrabando do contrabando de armas. O contrabando de armas é equiparado ao de cigarros e brinquedos. Estamos propondo o agravamento da pena para contrabando de arma de fogo, seus componentes e munição — acrescentou o relator, que também sugeriu que uma pessoa que vende uma arma ilegal deve

ser diferenciada de quem faz dessa atividade um meio de vida.

Como em outras propostas em tramitação no Congresso, Custódio também previu em seu relatório a abertura de prazo para que pessoas que têm posse de armas cadastrem seus ar-

mamentos sem que sejam sujeitas a penalidades. Também passa a ser obrigatória a atualização do cadastro pelo possuidor de arma junto ao Sistema Nacional de Armas.

Segundo Custódio, seu trabalho foi facilitado pelo fato de já haver dezenas de projetos sobre o assunto, muitos deles em fase avançada de discussão. Somente na Câmara, disse, já havia substitutivos prontos em três comissões técnicas.

Iris Rezende: decisão é a mais próxima do consenso

O presidente da Comissão Mista de Segurança, senador Iris Rezende (PMDB-GO), afirmou que o texto aprovado ontem proibindo o porte de armas e restringindo a posse é o mais próximo do consenso. O senador se disse confiante na aprovação da proposta na Câmara e no Senado.

— Estou certo de que será aprovado em Plenário, porque todos

os segmentos do Congresso estiveram presentes e puderam fazer propostas, muitas delas acolhidas. Assim, o texto é praticamente um consenso — disse.

Iris ressaltou que a proposta se aproxima do pensamento médio da sociedade e que a adoção da proibição total da posse de armas iria contrariar um “tendência generalizada de opinião pública”.



A Comissão Mista de Segurança vai discutir agora, por meio de destaques, partes da proposta

Contrabando deve ter penas agravadas

A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou ontem o agravamento das penas para o comércio ilícito de armas de fogo. Pela legislação atual, o contrabando de armas, por exemplo, tem o mesmo tratamento penal dado ao crime de contrabando comum, punido com um a dois anos de reclusão. O texto do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG) impõe penas mais graves para o comércio ilícito: de 6 a 10 anos de reclusão, podendo ser aumentadas em um terço, caso o contrabando seja de armas de uso restrito das Forças Armadas. Também sugere que uma pessoa que eventualmente vende uma arma ilegal deve receber tratamento diferenciado do de quem faz dessa atividade um meio de vida.

O relatório de Custódio Mattos também trata da obrigatoriedade do cadastramento dos proprietá-

rios de celulares pré-pagos. O cadastro terá nome, endereço e o número da identidade ou do CPF do dono do celular. Além disso, a proposta prevê que os atuais usuários sejam convocados para o fornecimento dos dados em prazo de 90 dias.

PENAS ALTERNATIVAS

Outra alteração proposta pelo relator diz respeito à aplicação das chamadas penas alternativas. “As alterações suprem lacunas que dificultam a aplicação das penas alternativas pelo Judiciário”, explicou o deputado. O texto cria mais um tipo de pena — a de suspensão de circulação, que impediria o criminoso de estar no mesmo ambiente de sua vítima. A proposta também inova ao instituir como pena a obrigatoriedade de frequentar cursos escolares e profissionalizantes ou atividades de reinserção social, considerada

a natureza do delito.

— Estamos propondo novas penas alternativas às privativas de liberdade para evitar que praticantes de crimes leves sejam jogados nas penitenciárias, já superlotadas — afirmou o deputado.

A comissão também aprovou a obrigatoriedade de vinculação de 5% das receitas líquidas da União, estados e municípios para um fundo nacional de segurança pública. Os parlamentares incluíram os corpos de bombeiros entre as instituições que devem receber os recursos. Além disso, por sugestão do deputado Marcos Rolim (PT-RS), as verbas deverão custear, preferencialmente, a formação profissional dos policiais, investimentos em inteligência policial e na informatização do aparato de segurança.



Gerardo Magela

REPRESENTANTE DO CONANDA ENTREGA A TEBET PACTO PELA PAZ

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem, das mãos do presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Cláudio Vieira, e da deputada Rita Camata (PMDB-ES) documento intitulado Pacto pela Paz. O documento resultou da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em Brasília em novembro de 2001. Ele aborda temas como saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

Relatório é favorável a cota para negros

Devido a pedido de vista coletivo, foi adiada a discussão do substitutivo à proposta de emenda constitucional de autoria de José Sarney. A matéria destina aos afro-brasileiros 20% das vagas em universidades e no serviço público

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu substitutivo ao projeto de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que destina aos afro-brasileiros 20% das vagas nas universidades e no serviço público. O relator destacou a importância de o país adotar ações afirmativas visando ao combate à discriminação, como promoção de campanhas educativas, concessão de bolsas de estudo e alteração de livros didáticos, entre outras. A matéria não chegou a ser discutida, devido a pedido de vista coletivo.

A CCJ aprovou, na mesma reunião, parecer do senador Bello

Parga (PFL-MA) favorável a outro projeto do senador José Sarney instituindo a Política Nacional do Livro. A intenção do autor é promover em todo o país o mais amplo acesso dos cidadãos aos bens culturais, em especial aos livros. Sarney quer estimular também a produção literária e a instalação de mais livrarias e bibliotecas no Brasil. O projeto será submetido, agora, à Comissão de Educação, que deliberará em caráter conclusivo.

SAÚDE DA MULHER

A Comissão de Justiça também acolheu substitutivo oferecido por



Sebastião Rocha, relator, destacou a importância de se adotarem ações positivas no combate à discriminação

Sebastião Rocha a projeto de lei da Câmara dos Deputados estabelecendo que a trabalhadora de empresa

por meio de proposta de emenda à Constituição, cujo parecer favorável, do senador Iris

pública ou privada terá direito a exames preventivos em programas de atenção integral à saúde da mulher, assim que for admitida no emprego e uma vez a cada ano. A proposta depende ainda de apreciação da Comissão de Assuntos Sociais.

A primeira via de certidões de nascimento, casamento e óbito poderá ser emitida sem qualquer tipo de pagamento. Isso é o que pretende o senador Pedro Simon (PMDB-RS),

Rezende (PMDB-GO), foi aprovada pela CCJ.

O texto constitucional vigente já prevê a gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito para os reconhecidos pobres. O senador quer, no entanto, que essa franquia seja oferecida para todas as pessoas, quando se tratar da primeira emissão do documento, acrescentando à lista a certidão de casamento.

A proposta de emenda constitucional será submetida ainda a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado. Se aprovada, irá à Câmara, onde também precisará ser acolhida em dois turnos, depois de passar por comissões.

Comissão aprova anistia e reintegração de petroleiros

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável a projeto da Câmara que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e demais petroleiros punidos por participação no movimento grevista de 1994. À época, os trabalhadores foram demitidos por não acatar decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que considerou a greve abusiva.

Além da anistia, o projeto prevê a reintegração dos cerca de cem demitidos pela Petrobras, com efeitos financeiros a partir da publicação da lei, o cômputo do tempo de serviço para efeito de aposentadoria, a progressão salarial e o pagamento das contribuições previdenciárias, tanto pública quanto privada, do período compreendido entre as demissões e a vigência da lei.

Dutra explicou que o resultado da votação não era exatamente o que reivindicavam os petroleiros demitidos, mas foi o acordo possível. O senador disse que os funcionários demitidos queriam também o pagamento dos salários do período em que estiveram dispensados do trabalho.

— Não resta dúvida que o projeto é meritório, pois propõe, por meio da anistia, pacificar os ânimos perturbados e inconforma-

dos de grande parte da categoria de petroleiros — avaliou o senador. Como a matéria não sofreu modificações na comissão, se for mantido o texto no Plenário do Senado, o projeto será enviado à sanção.

GRATIFICAÇÃO NO TJDF

A CCJ aprovou ainda projeto da Câmara relatado pelo senador Bello Parga que institui a gratificação de execução de mandados para a carreira de analista judiciário — oficiais de justiça — do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. O valor da gratificação é de R\$ 1.244,07. Tanto o relator como o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), destacaram a importância do projeto, já que os oficiais de justiça exercem atividade de risco.



Projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados recebeu parecer favorável de José Eduardo Dutra

Pensão para Juruna recebe parecer favorável

Projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) concedendo pensão especial ao índio xavante e ex-deputado pelo Rio de Janeiro Mário Juruna recebeu ontem parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), destacou a justiça da iniciativa de Bezerra.

Rocha explicou que a pensão será vitalícia, no valor do salário previsto para uma função de nível superior do funcionalismo público federal, e será paga pela União. Ele resumiu a trajetória de Juruna, lembrando que ele foi o primeiro índio a eleger-se para um mandato federal nas eleições de 1982 e a ganhar notoriedade pela defesa da causa indígena.

Juruna, que acompanhou a reunião, apesar de ter ocupado diversos cargos públicos, não conseguiu reunir tempo para aposentadoria e vive hoje com graves problemas de saúde — em uma cadeira de rodas — e sem recursos para manter-se e à sua família, observou Sebastião Rocha.

Também foi aprovado pela CCJ parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que solicita voto de louvor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade 2002, cujo tema é “Fraternidade e os Povos Indígenas”.

Audiência debaterá capital estrangeiro na comunicação

Jornalistas, estudiosos e empresários de jornalismo e radiodifusão serão convidados para participar de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destinada a estudar a proposta de emenda à Constituição que abre ao capital estrangeiro a propriedade de empresas de comunicação. O encontro ainda não tem data marcada, mas deve acontecer até o final do mês e foi solicitado em requerimento dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Ricardo Santos (PSDB-ES).

A proposta já foi aprovada pela Câmara e será relatada na CCJ pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Questionado por jornalistas, o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), negou notícia de que iria substituir o relator. “Eu não troco nome de senador que já tenha sido designado. A única possibilidade de que isso aconteça é se o próprio senador Tuma solicitar a redistribuição da matéria”, disse Cabral.

Para José Eduardo Dutra, a audiência pública servirá para que todos os setores envolvidos e também os especialistas possam se manifestar sobre o assunto e formar a opinião pública. “Até por-



Para relatar a matéria na Comissão de Justiça, foi indicado o senador Romeu Tuma

que este é um tema cuja importância estratégica envolve aspectos fundamentais de ampliação democrática da relação do Estado com a sociedade. Ainda mais que está acertado entre os presidentes da Câmara e do Senado que será feita a instalação do Conselho de Comunicação Social”, argumentam os senadores na justificativa do pedido.

A lista de convidados inclui representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) e Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro.

CCJ consolida texto da reforma do Judiciário

Bernardo Cabral colhe assinaturas dos integrantes da comissão e a matéria está pronta para ir ao Plenário. Senador acredita que a votação poderá ocorrer rapidamente, “já que existe um clamor social nesse sentido”

Maguito: agressão à mulher deve ser crime hediondo

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ao Plenário que apresentou, na Comissão Mista de Segurança Pública, emenda a projeto prevendo que toda violência doméstica de homens contra mulheres seja considerada crime hediondo, o qual é punido com pena mais severa e retira dos criminosos o direito a regime semi-aberto. “O objetivo é proteger as mulheres de um tipo de agressão inadmissível nos dias atuais”, explicou.

Para Maguito Vilela, a violência doméstica pode ser reduzida, desde que o poder público exerça verdadeira coerção contra esses comportamentos. O senador informou que, antes de apresentar sua emenda ao Projeto de Lei nº 389, discutiu o assunto com entidades de defesa dos direitos femininos, entre as quais o Centro de Valorização da Mulher, de Goiás. “Fiquei convencido de que se trata de uma iniciativa que poderá dar resultados práticos positivos”, frisou.

— Não é possível construir uma sociedade democrática que não seja sustentada pela harmonia da relação respeitosa entre o homem e sua companheira, que, junto com os filhos, formam a base da nação, que é a família — opinou Maguito Vilela.

A violência doméstica é agravada pelo fato de repercutir “dolorosamente na formação das gerações futuras”, de acordo com o senador.



Roosevelt Pinheiro

Para Maguito, sociedade democrática depende de harmonia entre homem e mulher



Bernardo Cabral destacou o empenho de toda a comissão e em especial do vice-presidente, Osmar Dias

Emenda sobre coligações causa polêmica

Apesar de haver recebido pedido de vista coletiva, a proposta de emenda à Constituição do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e de outros 57 senadores que trata da questão da verticalização das coligações partidárias para fins eleitorais tomou a maior parte dos debates da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem. O relator da emenda, senador José Fogaça (PPS-RS), apresentou seu parecer favorável na forma de um substitutivo.

A PEC foi elaborada em decorrência da insatisfação de parte dos senadores com decisão recente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) obrigando os partidos a manterem, para as candidaturas estaduais, as mesmas coligações partidárias adotadas para o nível federal.

A emenda propõe que os partidos políticos tenham autonomia assegurada para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em nível nacional, estadual, distrital ou municipal.

Para José Fogaça, esse direito é assegurado pela Constituição e retirá-lo agora seria impor uma situação artificial aos acertos políticos regionais que já estão em curso.

— Obrigar a verticalização seria



Célio Azevedo

José Fogaça apresentou substitutivo e afirmou que “obrigar a verticalização seria passar por cima da história dos partidos”

passar por cima da história dos partidos — afirma o senador, argumentando que a coerência e a vinculação das coligações devem ficar restritas à mesma circunscrição: nas eleições presidenciais, a circunscrição será o país; nas eleições federais e estaduais, o estado, e nas municipais, o respectivo município.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que vai apoiar a PEC, mas considera que a resposta do Congresso à decisão do TSE deve ser ainda mais clara no sentido de mostrar àquele órgão que “ele (TSE) exorbitou de suas funções”. Para o senador, a decisão do tribunal foi política e ligada a interesses do governo federal. Também o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou a medida do TSE e disse que não acredita na aprovação da PEC a tempo de corrigir a decisão.

GOVERNO REAGE

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) refutou as suposições do senador Ademir Andrade de que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha influenciado de alguma maneira a decisão do TSE, negando também que a decisão daquele tribunal tenha sido tomada como resultado de acertos dos ministros com o governo. Ele qualificou as ilações como “delírios” de Ademir.

Já o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), protestou contra as suposições aventadas por Ademir Andrade, mas manifestou sua posição, tendente a apoiar a PEC pelo caráter inoportuno da decisão do TSE. Outro senador do PSDB, senador Lúcio Alcântara (CE), já antecipou que deve votar a favor da PEC.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), colheu as assinaturas dos senadores presentes à reunião de ontem no texto final da reforma do Judiciário, elaborado após a votação de todas as emendas ao parecer inicial. A matéria ainda será apreciada pelo Plenário do Senado.

Cabral disse que está satisfeito com o resultado do trabalho de mais de um ano da comissão, agradeceu o empenho de todos e em especial do vice-presidente, senador Osmar Dias (PDT-PR), e manifestou sua confiança de que o texto aprovado na CCJ será quase totalmente acolhido pelo Plenário.

— Isso deve acontecer rapidamente, já que existe um clamor social pela reforma — declarou o senador, citando alguns pontos aprovados e destacando a instituição da súmula vinculante — que obriga a adoção de decisões dos tribunais superiores por instâncias inferiores do Judiciário.

Além do texto da reforma, a CCJ aprovou também parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ratificando decisão, também favorável, já proferida pela comissão a projeto da Câmara, de iniciativa do Superior Tribunal Militar. O projeto cria condições mais flexíveis para o preenchimento das funções de juízes militares dos Conselhos Especiais e Permanentes da Justiça Militar. A matéria estava sendo reexaminada pela CCJ a pedido da Comissão Diretora.

PROCESSO CIVIL

Os senadores integrantes da CCJ aprovaram ainda relatório de Osmar Dias a projeto da Câmara, de iniciativa da Presidência da República, propondo alterações no Código de Processo Civil. Entre as mudanças propostas está a modificação do valor para as causas sujeitas ao chamado procedimento sumário. Atualmente esse limite é de 20 salários mínimos e o projeto sugere que seja de 40 salários mínimos.

Outra alteração visa fixar em dez dias o prazo para o devedor entregar a coisa objeto do litígio ou para satisfazer a obrigação. Se não cumprir o prazo, o devedor fica obrigado ao pagamento de multa.

Agricultura irrigada pode ter energia mais barata

Projeto de Geraldo Melo aprovado pela CCJ pretende evitar que produtos nacionais percam espaço nos mercados interno e externo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA) a projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que cria tarifa especial de energia elétrica para os produtores que praticarem agricultura irrigada ou para as unidades rurais integrantes de projetos de reforma agrária.

A idéia do autor é assegurar condições de competitividade à agricultura irrigada no país, pois, segundo ele, os produtores nacionais vêm perdendo espaço no próprio mercado interno em razão da abertura do mercado externo e por se encontrarem em condições desfavoráveis do ponto de vista dos custos de produção.

O projeto estabelece que as



Melo propõe tarifa especial de energia elétrica para agricultura irrigada

unidades rurais beneficiadas decorrentes de programas de reforma agrária não poderão ter área total superior a 10 hectares, mas também não precisam praticar a irrigação para se beneficiar.

Melo argumenta que não haverá perda de receita para as empresas distribuidoras, pois a

redução da tarifa vai provocar um aumento na demanda por energia proporcionalmente superior à redução do preço.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Os senadores integrantes da CCJ aprovaram também o parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA) ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que cria a política nacional de resíduos sólidos. A proposta, destacou o relator, objetiva sistematizar a questão, que hoje está contemplada em normas diversas e isoladas. A preocupação principal da matéria, acrescentou Luiz Otávio, é reconhecer a necessidade de o país definir critérios de defesa do meio ambiente.

As duas matérias ainda precisam ser apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e a decisão final da segunda caberá à Comissão de Assuntos Sociais.

Comissão aprecia mais de 20 matérias

Além de apresentar o texto consolidado da reforma do Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciou 22 matérias na reunião de ontem. A pauta já estava com mais de 50 itens que vinham sendo adiados exatamente em razão da reforma do Judiciário.

Os senadores aprovaram 18 pareceres, sendo dois pela rejeição dos projetos analisados, três pedidos de vista e um requerimento. Dois pedidos de vista são de matérias polêmicas: a criação da políti-

ca de cotas para afro-brasileiros e a verticalização das coligações partidárias. O requerimento sugere a realização de audiência pública para discussão de outro tema polêmico, o que trata da propriedade de empresa de comunicação por grupo de capital estrangeiro.

LIVROS DE BALANÇO

A CCJ aprovou, entre as matérias, parecer favorável do senador José Fogaça (PPS-RS) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que modifica a legislação que trata das

normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços públicos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

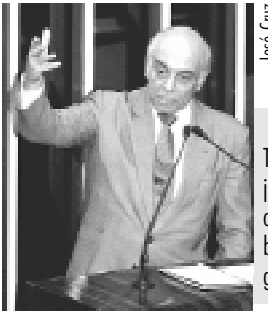
A modificação determina que, para efeito de classificação de despesa, seja considerado material permanente o de duração superior a dois anos, com exceção dos livros e dos meios de registro e reprodução magnéticos, integrantes de acervos pertencentes à administração pública.

Pauta permanece travada para evitar atraso na CPMF

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), anunciou ontem que os partidos da base governista se mantêm na obstrução da pauta de votações da Casa, travada desde que chegou da Câmara a medida provisória que repactua as dívidas originárias do crédito rural.

Távola justificou a obstrução apontando a dificuldade de votação na Câmara da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O líder explicou que vários senadores, inclusive da base governista, desejam emendar a MP que prorroga as dívidas do crédito rural no Senado, o que fará com que a matéria volte à deliberação da Câmara.

Se voltar para a Câmara, a MP travará novamente a pauta daquela Casa, impedindo que os deputados votem urgentemente a PEC que prorroga a CPMF, como deseja o governo. O atraso na aprovação dessa emenda constitucional significará para o governo três meses de



José Cruz

Távola justificou obstrução da bancada governista

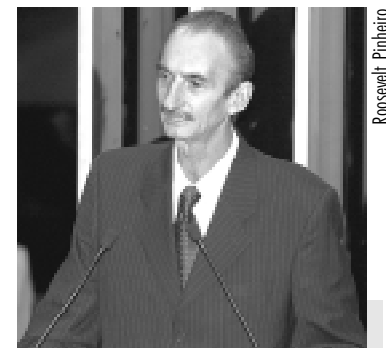
perda de arrecadação da CPMF, visto que, por ser matéria tributária, a decisão só poderá valer 90 dias depois de promulgada.

— Tendo em vista a dificuldade de votação da CPMF na Câmara, não podemos correr o risco de aprovar aqui uma MP com emendas, a qual, voltando para a Câmara, se colocará como prioridade na votação, atrasando ainda mais a deliberação da PEC — justificou Artur da Távola.

Em vista desses argumentos, o primeiro vice-presidente do Senado, Edison Lobão, que conduzia a sessão, anunciou que, mais uma vez, o Senado cancelava a votação das matérias da Ordem do Dia. Cinquenta itens aguardam o destravamento da pauta para ser votados.

Chico Sartori discute ação parlamentar com sua equipe

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) reúne sua equipe de trabalho hoje, em Brasília, a partir das 15h, para discutir procedimentos a serem adotados para uma ação parlamentar efetiva e integrada. A partir do tema "Cultura Organizacional", os profissionais que prestam serviço no gabinete do senador irão elaborar um planejamento sobre a melhor forma de realizar as atividades consideradas prioritárias para o seu mandato.



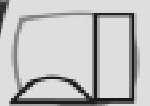
Rosevelt Pinheiro

Chico Sartori quer planejamento para maior eficiência no exercício do mandato de senador

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



TV SENADO

CFC vai ouvir Polícia Federal sobre caso Roseana

Requerimentos de Heloísa Helena e Eduardo Suplicy foram aprovados pela Comissão de Fiscalização e Controle, mas audiência será secreta, restrita aos senadores, para não criar empecilhos ao andamento das investigações

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem pareceres do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) favoráveis a dois requerimentos que têm como objetivo fazer com que o Senado possa participar das investigações que estão sendo realizadas pela Polícia Federal, envolvendo episódios ligados à empresa Lunus Serviços e Participações, pertencente à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e ao seu marido, Jorge Murad.

O primeiro requerimento, assinado pelos senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP), solicitava à CFC a realização de audiência pública com o diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, e os delegados Hélio Dias Leite e Paulo Tarso, este coordenador da Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal em Brasília. A

comissão decidiu, contudo, que a audiência não será pública, mas sim secreta, restrita aos senadores. Essa providência, segundo o relator, tem como objetivo não criar empecilhos ao andamento das investigações sobre o caso.

O segundo requerimento, também aprovado pela CFC, sob a presidência do senador Amir Lando (PMDB-RO), foi apresentado pela senadora Heloísa Helena e diz respeito a um pedido de informações ao ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, sobre as recentes diligências realizadas pela Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal no escritório de consultoria do empresário Aldenor Cunha Rebouças e na empresa Lunus, que resultaram na apreensão de muitos documentos e de R\$ 1,34 milhão em espécie.

Segundo a senadora Heloísa Helena, independentemente das

consequências do episódio na candidatura do PFL à Presidência da República, “é obrigação do Senado estabelecer mecanismos investigativos sobre o caso, por envolver crime contra a administração pública” – explicou, referindo-se aos indícios de desvios de recursos da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Na mesma linha, o senador Eduardo Suplicy afirmou que “tudo deve ser apurado com muito rigor” e que o governo deve também ser questionado sobre muitas das contradições envolvendo o episódio, sobre como surgiram as evidências de desvios de dinheiro na empresa da governadora do Maranhão e de quem partiu a ordem para proceder às diligências. O senador disse que,



Comissão de Fiscalização e Controle já está tomando providências para marcar a data da audiência com os dirigentes da Polícia Federal

se for necessário, a CFC deverá ouvir também o ministro da Justiça e o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete da Segurança Institucional.

O requerimento de informações ao ministro da Justiça será encaminhado nas próximas ho-

ras à Mesa do Senado, segundo informou o senador Amir Lando, que, ao final das votações, determinou à secretaria da comissão providências para expedir os convites e marcar a data de realização da audiência secreta com os dirigentes da Polícia Federal.

Dutra anuncia criação do Núcleo pela Unidade das Oposições

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou que na tarde de ontem, na Câmara dos Deputados, foi criado o Núcleo pela Unidade das Oposições. O movimento divulgou manifesto, encaminhado aos presidentes do PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PL, PCB e PTB, ao governador Itamar Franco (PMDB-MG) e ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), propondo a retomada de negociações para que possa haver unidade em torno de um programa de governo e de uma estratégia eleitoral comum dos partidos de oposição.

Na avaliação do senador por Sergipe, os motivos que levaram vários partidos de oposição a lançar candidaturas próprias a presidente da República não existem mais. A cláusula de barreira (exigência de que cada partido tenha no mínimo 5% dos votos válidos na disputa para a Câmara em todo o país e 2% dos votos para deputado federal em no mínimo nove estados), que entraria em vigência na eleição de 2002, foi adiada para 2006. Também não se confirmou a avaliação de que o presidente Fernando Henrique Cardoso chegaria às eleições sem condições de influenciar no quadro

político eleitoral.

Além desses dois pontos, José Eduardo Dutra lembrou da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de verticalizar as coligações (os adversários na sucessão presidencial não poderão ser aliados nos pleitos estaduais), que poderá contribuir para a convergência dos partidos oposicionistas. O senador ressaltou que os parlamentares que integram o Núcleo pela Unidade das Oposições não estão propondo a renúncia de nenhum candidato, e sim que os partidos sentem à mesa para negociar a possibilidade de um programa comum, que seria um caminho para a unidade das candidaturas.

Dutra ressaltou que o movimento não tem a intenção de atropelar as direções partidárias, mas de provocar na sociedade e nas bases dos partidos a discussão em torno de um programa e de uma estratégia eleitoral comuns.

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) e deputados federais de diversos partidos também participaram da reunião que criou o Núcleo pela Unidade das Oposições.

Suplicy destaca prévias do PT e diz que é candidato porque tem propostas para o país

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que as prévias do Partido dos Trabalhadores no próximo domingo, para escolha do candidato que disputará o cargo de presidente da República, são “um marco na democracia”. Ele ressaltou que esta é a primeira vez que um partido político brasileiro realiza prévias nacionais, abertas a todos os filiados, para escolha de seu candidato. O senador disputará a indicação com o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Suplicy leu artigos que ele e Luiz Inácio Lula da Silva publicaram no jornal *PT Notícias* defendendo as prévias e anunciando suas ações, caso sejam eleitos. O senador sustentou que é candidato porque tem propostas para o país, destacando entre elas a instituição da Renda Básica ou Renda de Cidadania – o complemento de renda que o governo pagaria a milhões de famílias sem rendimentos ou com renda muito baixa. Lembrou que, dos 170 milhões de brasileiros, 32% vivem com menos de R\$ 5



José Cruz

Na opinião de Eduardo Suplicy, prévias do PT são “um marco na democracia”

por dia e 12,5% nem sequer têm isso.

Em seu artigo, Lula fala dos méritos de Suplicy e sustenta que qualquer um dos dois que chegar à Presidência da República colocará em prática o programa do PT. Afirma, ainda, que “não há nem haverá” disputa entre os dois, que são opções que a base partidária terá o direito de avaliar.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que o seu partido tenha desistido das prévias (ele seria candidato) e classificou de golpe a decisão tomada com esse objetivo pela convenção nacional extraordinária do PMDB, em

Brasília, na última sexta-feira. “O PT está dando uma aula de democracia a todos nós”, disse Simon.

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) afirmou que as prévias do PT aumentam a confiança da população no partido e que o projeto de renda mínima proposto por Eduardo Suplicy é “uma novidade revolucionária”, pois prevê a redistribuição de renda de forma diferente do que sempre foi pregado por grandes economistas e até pensadores. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) também elogiou as prévias do PT.



Senado homenageia, em sessão solene, personalidades que se destacaram pelo trabalho em favor dos direitos da mulher. Emilia Fernandes diz que a escolha do nome de Bertha Lutz para o diploma se deveu a sua vida de pioneira nessa batalha, começando com a luta pelo voto feminino.

Cinco mulheres recebem Diploma Bertha Lutz

O Senado realizou ontem sessão solene para entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco personalidades por seu trabalho em favor dos direitos da mulher: a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP); Maria Benedita Dias, desembargadora do Rio Grande do Sul; Maria Isabel Lopes, secretária municipal de Fortaleza; Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, socióloga e professora de São Paulo; e Herilda Balduino de Souza, advogada do Distrito Federal. As homenageadas receberam seu diploma e um buquê de flores das mãos do presidente do Senado, Ramez Tebet.

A sessão foi interrompida por cinco minutos para cumprimentos de uma platéia formada por poucos homens e muitas personalidades femininas, inclusive senadoras e deputadas. "Apesar de serem a maioria do eleitorado – 55% dos 102 milhões nas eleições do ano 2000 –, no Congresso as mulheres detêm apenas 7% das cadeiras", disse a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) ao discursar na homenagem.

Segundo Emilia, o Diploma Mu-

lher-Cidadã foi criado para reconhecer a luta das mulheres na defesa de seus direitos, e a escolha do nome de Bertha Lutz se deveu a sua vida de pioneira nessa batalha, começando com a luta pelo direito de voto, obtido em 1932. "Estamos comemorando 70 anos dessa conquista", disse.

A senadora pelo Rio Grande do Sul lembrou que Bertha era filha do cientista Adolfo Lutz, tendo sido uma das primeiras mulheres eleitas para o mandato de deputada federal no Brasil, em 1936. Toda a sua vida de bióloga, professora e política foi dedicada às muitas batalhas pela afirmação do papel da mulher brasileira no plano econômico, político e social.

Este é o primeiro ano da outorga do Diploma, uma iniciativa da senadora Emilia Fernandes. Dezenas de entidades da sociedade civil apre-



Emilia Fernandes é autora da proposta de outorga do diploma, entregue ontem pela primeira vez



sentaram candidaturas, que foram selecionadas por um conselho formado por sete senadores. Emilia fez questão

de anunciar que o conselho já está recebendo indicações para as cinco premiações do ano de 2003.

Ademir elogia coerência de Heleieth Saffioti

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) foi o responsável pela apresentação e homenagem à professora Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, uma das cinco agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2001. "A trajetória acadêmica da sra. Heleieth é o testemunho mais eloqüente de sua fidelidade à causa feminina e da coerência ideológica com que estudou e pesquisou a questão da mulher na sociedade brasileira", assinalou o senador.

Classificando como "impressionante" a produção acadêmica da professora homenageada, Ademir lembrou que Heleieth pronunciou mais de 100 conferências, teve 49 artigos publicados em periódicos científicos especializados nacionais e nove em periódicos estran-



Ademir: em todo o trabalho de Heleieth está presente a situação da mulher

geiros. Também publicou 16 artigos de divulgação científica, apresentou 144 trabalhos em congressos científicos, publicou 10 livros e 35 capítulos de livros, orientou teses e dissertações de mestrado e de doutorado e participou de bancas examinadoras em cursos de pós-graduação.

Ademir disse ainda que em tudo que a professora Heleieth escreveu, pesquisou, ensinou e orientou esteve sempre presente a situação da mulher, direta e indiretamente. Como exemplo, citou os trabalhos: *Relação de Sexo e Classes Sociais*; *O Poder do Macho*; *Mulher Brasileira: Opresão e Exploração*; *A Posição da Mulher na Sociedade Moderna*; *A Mulher na Sociedade de Classes*; *A Mulher Brasileira*; *A Discrimina-*

ção Contra a Mulher no Brasil; *Espaço da Mulher na Universidade*; *Mulher – Participação e Trabalho*; *Violência Contra a Mulher*; *Novas Perspectivas Metodológicas de Investigação na Análise dos Gêneros*; *Questões de Gênero e Etnia*; *Violência de Gênero*; e *Gênero e Abuso Sexual de Crianças*.

– É irresistível incorrer na relação que se pode fazer entre o prêmio e a agraciada. Para que a sra. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti pudesse chegar a esse grau de especialização temática e dedicação profissional, foi preciso que, no já distante ano de 1919, Bertha Lutz fundasse a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. A História é processo. Bertha Lutz viveu os tempos heróicos, e Heleieth Saffioti vive os tempos de consolidação das conquistas, de reflexão e de análise a respeito da condição feminina na sociedade brasileira – concluiu o senador.

Patrocínio destaca luta de Herilda pelos direitos humanos

Coube ao senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) apresentar a advogada Herilda Balduino de Souza, uma das cinco ganhadoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Nascida e formada em Patos de Minas, viúva, quatro filhos, foi qualificada pelo parlamentar como uma "incansável batalhadora dos direitos humanos".

Patrocínio salientou que a realização profissional de Herilda como advogada começou nas varas de família.

– Confrontando a avidez de uma Justiça conservadora, defendeu mulheres que eram julgadas não pela Justiça, mas pela moral do momento – afirmou o parlamentar, ressaltando que essa moral, invariavelmente, era machista.

Excusando-se de não citar, pela premência do tempo, todos os diplomas e especializações da homenageada, Patrocínio destacou sua constante atividade em favor dos fracos e oprimidos, como presidiários, menores de rua e anciões deixados em asilos. Herilda, disse o senador, também se projetou como advogada dos posseiros de terra na região do Bico do Papagaio, na confluência dos es-

tados do Tocantins, do Pará e do Maranhão.

– Sua capacidade de indignar-se com a injustiça colocou-a acima e além das críticas – afirmou o senador, ressaltando que, felizmente, essa indignação se transformou em ação.



Para Patrocínio, crença no ser humano é característica de Herilda de Souza

O representante do Tocantins citou alguns projetos de Herilda, que hoje mora no Distrito Federal. Entre eles estão a criação de centros de educação de direitos humanos e núcleos de defesa desses direitos em colégios e universidades. Nesses centros ela pretende valorizar a cidadania e a cultura regional, além de fortalecer o sentimento de nacionalidade e amor à pátria.

– Uma característica reveladora de sua personalidade é a crença no ser humano. Para ela, o homem está em permanente construção, devendo ser aperfeiçoado a cada dia – afirmou o senador, um dos integrantes do conselho que escolhe as homenageadas.

Patrocínio cumprimentou a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), autora da proposta que instituiu, no ano passado, a concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz pelo Senado Federal.

Na entrega do Diploma Bertha Lutz, Marluce Pinto destacou a importância política da deputada Luiza Erundina. Maria do Carmo relatou a atuação da pedagoga Maria Isabel Lopes em benefício das crianças. Ricardo Santos lembrou o pioneirismo de Maria Berenice Dias, primeira juíza do Rio Grande do Sul.



Para Marluce, Erundina é uma das cem políticas mais importantes do século 20

Ao saudar a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) como uma das cinco mulheres agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) afirmou ontem que a homenageada “é uma das 100 mulheres do século 20 na área política,



Marluce Pinto: Erundina deve ser colocada ao lado de mulheres como Indira Gandhi e Margaret Thatcher

ao lado da própria Bertha Lutz, Indira Gandhi, Margaret Thatcher, Hillary Clinton e Evita Perón”, conforme lista elaborada pela revista *IstoÉ Gente*.

— Em virtude do que determina essa ocasião, coube a mim, e confesso que com muita honra e muito orgulho, dizer algumas palavras sobre essa extraordinária mulher, nordestina, migrante e ex-prefeita da maior metrópole brasileira e uma das quatro maiores cidades do mundo — ressaltou Marluce.

Ao fazer uma retrospectiva da vida da deputada, a senadora lembrou que, depois de formar-se

como professora, no sertão da Paraíba, Erundina foi em 1971 para São Paulo, onde continuou ministrando aulas. Em 1979, eleita presidente da Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo, foi convidada para fundar o Partido dos Trabalhadores, pelo qual elegeu-se vereadora em 1982 e deputada federal em 1986.

— Em 16 de novembro de 1996, contrariando todos os prognósticos do meio político, o Brasil foi informado de que a cidade de São Paulo, pela primeira vez em sua história, elegeu uma mulher para dirigir os destinos de seus quase

10 milhões de habitantes: Luiza Erundina, que recebeu exatos 1.534.547 votos — lembrou Marluce Pinto.

Ela acrescentou que, “com esse currículo, essa força e perseverança incansáveis”, a deputada ainda consegue surpreender ao responder assim à indagação sobre de onde retira tanta coragem: “De minha condição de educadora. Isso imprime uma marca própria naquilo que eu faço”, citou a senadora.

RACHEL DE QUEIROZ

Apesar de o Senado ter sido instalado em 1891, o povo brasileiro só elegeu sua primeira senadora em 1990, salientou Marluce Pinto. Ela ainda homenageou a escritora Rachel de Queiroz, por ter sido a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, e a gaúcha Ellen Gracie Northfleet, primeira mulher a ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Marluce Pinto lembrou ainda a importância do ex-senador Nelson Carneiro, político responsável pela introdução do divórcio no Brasil e que sempre teve sua atuação marcada pela preocupação com os direitos da mulher e da família.



José Cruz

Maria do Carmo lembrou a preocupação de Maria Isabel Lopes com os adolescentes

Maria do Carmo ressalta trabalho de educadora em prol da infância

Maria Isabel Lopes tornou-se a primeira presidente da Fundação da Criança da Cidade, em Fortaleza (CE), disse a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ao entregar-lhe o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Formada em Pedagogia e com especialização em abordagem sistêmica da família pela Universidade Federal do Ceará, Maria Isabel teve atuação marcante na fundação cujo trabalho permitiu a implantação de projetos como o Programa de Atendimento da Família e o Centro de Assistência à Criança e à Família, acrescentou a senadora.

Em 1989, a homenageada chefiou

o Serviço de Apoio à Criança e ao Adolescente da Superintendência do Serviço Social. Ela também dirigiu a Divisão de Assistência à Criança e ao Adolescente da Secretaria do Trabalho e da Ação Social, informou a parlamentar.

Segundo a senadora, o reconhecimento pela sociedade do mérito envolvido no trabalho em favor das crianças, adolescentes e famílias em situações de risco valeu a Maria Isabel diversos prêmios, dentre os quais o Troféu Bárbara Alencar, conferido em 2000 pela Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza.

Mulheres e homens buscam juntos um Brasil melhor, diz Ramez Tebet

Ao encerrar a sessão especial em que foi entregue o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que não vale mais o ditado segundo o qual “atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”. Para Tebet, a afirmação está ultrapassada.

— A mulher, no Brasil, se não quer estar atrás, também não quer estar na frente. Quer estar junto com o homem para cumprir objetivos comuns, como lutar contra a violência, a corrupção, a impunidade, o analfabetismo e a desigualdade, na busca pela melhoria da saúde e da educação, por mais harmonia, fraternidade, amor, paz e felicidade — afirmou.

Tebet saudou o Senado pela iniciativa de homenagear mulheres que tenham prestado relevantes serviços ao Brasil ao conceder o Diploma Bertha Lutz, destinado a personalidades femininas que tenham contribuído para a defesa dos direitos da mulher, e cumprimentou a senadora Emília Fernandes (PT-RS), presidente do conselho responsável por escolher as premiadas.

Elogiando a importância da iniciativa, Tebet disse que o Senado “quer entregar uma flor a cada mulher brasileira, para simbolizar a luta daquela que, pela sua sensibilidade, seu trabalho, seu amor, muito representa para a grandeza e prosperidade do país”.



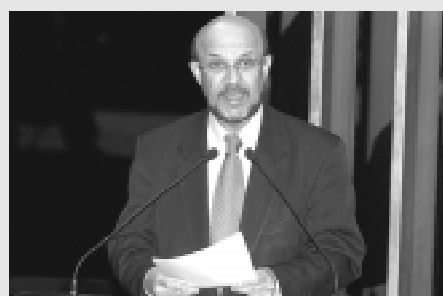
Roosevelt Pinheiro

Tebet saudou o Senado pela iniciativa de homenagear personalidades femininas

Santos lembra pioneirismo de desembargadora gaúcha

Durante a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, coube ao senador Ricardo Santos (PSDB-ES) saudar Maria Berenice Dias, desembargadora do Rio Grande do Sul. Ele destacou o pioneirismo da homenageada, a primeira juíza gaúcha, concursada em 1973, e também a primeira desembargadora daquele estado, diplomada em 1996.

— Maria Berenice Dias sempre foi uma mulher corajosa, tendo se destacado na luta contra a violência, em particular a violência contra a mulher, inclusive dentro da família. Espero que este prêmio a estimule a continuar nessa sua vida tão rica na luta pelos direitos humanos, contra a violência, pela paz e por um Bra-



Roosevelt Pinheiro

Ricardo Santos: Maria Berenice Dias foi a primeira juíza do Rio Grande do Sul

sil melhor — afirmou o senador Ricardo Santos.

O senador fez um breve resumo da vida de Maria Berenice Dias, que nasceu no município de Santiago (RS). “Por inspiração do pai, desembargador César Dias Filho, ela seguiu a carreira jurídica”, relatou Ricardo Santos. A homenageada é pós-graduada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul com especializa-

ção e mestrado em processo civil.

Ricardo Santos ressaltou ainda que Maria Berenice Dias foi indicada por várias entidades e pessoas para disputar o Diploma Bertha Lutz, entre elas a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul, o presidente da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça e a Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul.



Célio Azevedo

Comissão de Educação promoveu debate para instruir projeto de Ademir Andrade que regulamenta estágios

Audiência debate ampliação de vagas para estagiários

Especialista diz que 9,5 milhões de estudantes estão matriculados no ensino médio e 2,7 milhões no superior, mas só 400 mil fazem estágio

A possibilidade de ampliação das vagas para estagiários e a necessidade de estabelecer uma clara distinção entre estudantes e profissionais no local de trabalho estiveram entre os principais temas de audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) com o objetivo de debater projeto de lei do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que regulamenta os estágios de alunos de ensino médio e superior.

De acordo com números apresentados pelo superintendente-executivo do Centro de Integração Empresa-Escola de Pernambuco, Germano Coelho, 9,5 milhões de estudantes estão matriculados em escolas de ensino médio e 2,7 milhões em estabelecimentos de ensino superior em todo o país. Mas somente 400 mil estudantes de todo esse conjunto estão fazendo estágio. "O Brasil está fechado à juventude", queixou-se Coelho.

O relator do projeto, senador Gerson Camata (PMDB-ES), solicitou aos participantes da audi-

ência sugestões de alterações na legislação que pudessem ajudar a abrir vagas para estagiários. Uma alternativa foi apresentada pelo diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), Christian Lindberg Lopes do Nascimento: os três níveis de governo poderiam avaliar a concessão de subsídios a pequenas e médias empresas dispostas a acolher estudantes.

CLAREZA

O diretor da UNE insistiu na necessidade de a lei tornar mais claras condições específicas de trabalho dos estagiários, como jornada de trabalho de seis horas diárias, seguro contra acidentes de trabalho e férias compatíveis com o recesso escolar. "Em muitos casos, os estudantes substituem profissionais nas empresas", alertou.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) – autora do requerimento de realização da audiência, juntamente com o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) – concordou com a observação e apontou a existência de entidades que ofe-

recem candidatos a estágios como mão-de-obra barata a empresas. Na sua opinião, a lei deve deixar claro que estágio não é trabalho, além de estabelecer parâmetros para o trabalho dos estudantes.

– O horário do estágio não pode ser equivalente ao de um trabalhador comum – afirmou, por sua vez, o secretário de Projetos e Cooperação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Carlos Augusto Abicalil. Assim como ele, o consultor do Senai Nacim Walter Chieco também apontou o estágio como parte integrante do processo formativo do estudante.

Ao final do debate, Camata observou que muitos empresários não contratam estagiários para não correr riscos. Por isso, ele sugeriu que, além de apreciar o projeto em pauta, a Comissão de Educação também crie grupo de trabalho para consolidar toda a legislação que trata do tema. "A lei deve ser clara para definir o que é estagiário e o que é trabalhador", sustentou.

CAE analisa limites para endividamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, a partir das 9h, dois projetos de resolução de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que tratam do endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em suas justificativas, Alcântara explica que o objetivo é adequar duas resoluções do Senado à Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000. Para

o senador, além de ajustes de redação, são necessárias modificações para evitar dúvidas quanto à abrangência das condições e limites de endividamento dos estados e municípios.

O senador Paulo Souto (PFL-BA), relator das duas matérias, apresentou pareceres favoráveis. Os dois projetos tiveram vista coletiva concedida aos integrantes da comissão.

Francelino pede rápida aprovação de universidades

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) reivindicou a imediata aprovação dos projetos de lei que transformam em universidades federais a Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efe) e a Fundação de Ensino Superior de São João del Rei (Funrei). Os projetos



Francelino aponta importância de universidades em Minas

foram aprovados na manhã de ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e devem passar, ainda, pela Comissão de Educação.

Segundo Francelino, a Efe, com sede e foro na cidade de Itajubá (MG), objetiva ministrar ensino superior, promover cursos de extensão universitária e desenvolver a pesquisa nas áreas especializadas de Engenharia, Ciências Exatas e da Terra.

De acordo com o projeto, as unidades e cursos de todos os níveis serão transferidos para a nova Universidade Federal de Itajubá (Unifei), passando os alunos matriculados nos cursos a integrar seu corpo discente. A proposta define o patrimônio e os recursos financeiros da nova entidade, autorizando o Poder Executivo a transferir as dotações orçamentárias já previstas para a Efe.

No caso da Funrei, Francelino

ressaltou que a instituição tem, em seus quadros, 182 docentes – 52 doutores e 101 mestres, dos quais 97% trabalhando em tempo integral. Segundo o senador, a Funrei dá ênfase ao ensino noturno, permitindo que

jovens que trabalham durante o dia possam dedicar-se aos estudos superiores, à noite.

SONHO

Francelino lembrou que São João del Rei foi berço da "gloriosa e alucinada" aventura de Tiradentes que, desde aquela época, sonhava com uma universidade igual à de Coimbra, em Portugal. O ex-presidente Tancredo Neves, filho da cidade, tinha o mesmo propósito: ver uma universidade inaugurada em São João del Rei. "Mesmo tardiamente, seu desejo será satisfeito", concluiu.

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) aplaudiu a criação das universidades em Itajubá e São João del Rei, afirmando que a decisão irá beneficiar milhares de alunos e professores mineiros. Ele disse acreditar que a Comissão de Educação irá aprovar, imediatamente, os dois projetos.

"O Liberal" recebe Mérito Lojista, anuncia Luiz Otávio

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) congratulou o jornal *O Liberal*, do Pará, por ter recebido o Prêmio Mérito Lojista 2001, instituído pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. O jornalista Rômulo Maiorana Júnior esteve em Brasília no início desta semana



Luiz Otávio destacou que esta é a 17ª vez que o jornal recebe o prêmio

para receber o prêmio, informou o senador.

O jornal foi agraciado juntamente com outras empresas de comunicação, como a Rede Globo, a revista *Veja* e os jornais *Gazeta Mercantil*, *O Globo*, *O Estado*

O senador destacou que essa é a 17ª vez que o jornal *O Liberal* é agraciado com o Mérito Lojista, o que demonstra "a excelente aceitação daquele veículo de comunicação pela população do meu estado".

de S. Paulo e *Correio Brasileiro*, entre outras. A categoria que premiou *O Liberal* é destinada aos 25 melhores jornais impressos de cada estado da Federação, selecionados por 5 mil lojistas de todo o país, afirmou Luiz Otávio.

Osmar protesta contra alto lucro dos bancos

Com esse resultado, disse o senador, banqueiros poderão continuar comprando jatinhos, enquanto microempresas fecham suas portas

O senador Osmar Dias (PDT-PR) protestou contra o lucro de R\$ 11,13 bilhões dos 31 maiores bancos brasileiros, divulgado por uma revista semanal. Em discurso, o parlamentar lamentou o fato de continuar “sendo a regra no país valer a pena especular e não trabalhar”.

Para Osmar Dias, o grande lucro dos bancos é registrado ao mesmo tempo em que “empresários reclamam de margem de lucros estreitas, agricultores perdem as terras e microempresas fecham as portas”. No Paraná, citou, 5,5 mil empresas encerraram as atividades.

Osmar Dias lembrou que, quando os bancos tiveram prejuízo, o governo destinou R\$ 32 bilhões para cobrir o rombo, com o argumento de que as instituições financeiras não poderiam quebrar para não asfixiar a economia nacional.

— O prejuízo foi dividido com a sociedade, mas o lucro é dos banqueiros, que poderão continuar comprando jatinhos e imóveis



Para Osmar Dias, o lucro dos bancos provém da “mais alta taxa de juros do mundo”

fora do país. No dia em que eles voltarem a dar prejuízo, sabem que têm uma mãezona que continuará a cobrir esses prejuízos — disse o parlamentar, acrescentando que, na última década, 1,2 milhão de famílias deixaram a agricultura, mas não houve socorro do governo.

Para o senador, o lucro dos bancos provém da “mais alta taxa de juros do mundo”.

— Ela (a taxa de juros) faz mal para o empreendedor, que quer investir dinheiro para criar empregos. Inibe os investimentos e faz com que o país conviva com mais

de 50% de sua mão-de-obra no mercado informal.

O senador lembrou que os bancos ocupam o segundo lugar em reclamações nas procuradorias do consumidor (Procon), devido ao péssimo atendimento prestado. “A ousadia chega ao ponto de pedirem que os bancos fossem liberados do cumprimento das medidas do Código de Defesa do Consumidor.”

RENDA

Enquanto isso, continuou Osmar Dias, o Brasil tem a 25ª renda *per capita* do mundo, mas ocupa o 79º lugar quando o critério é a distribuição de renda. O senador afirmou que 50 milhões de brasileiros sobrevivem com renda menor de R\$ 565 por ano. O lucro dos bancos, então, equivale à renda de 19,7 milhões dessas pessoas, afirmou.

— Podem votar 260 projetos de lei, aprovar todo o pacote de segurança pública, desarmar a população, mas se nós não oferecermos condições de saúde, educação e qualificação profissional para essas crianças e jovens não haverá a inclusão social — afirmou, lembrando que cada real investido nas crianças garante ao governo economia de R\$ 7 no futuro.

Santos apóia debate sobre venda da Garoto

A compra da fábrica de chocolates Garoto pela multinacional suíça Nestlé foi comentada pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que manifestou apoio a requerimento apresentado pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para realização de audiência pública sobre o negócio. No debate, será ouvido o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino Rodas, sobre as condições estabelecidas pelo órgão para a efetivação do negócio. “A transferência de seu controle acionário precisa ser acompanhada de perto pelos parlamentares brasileiros e capixabas”, alertou.

Segundo Ricardo Santos, a Nestlé passa a dominar 53% do mercado de chocolates no Brasil. A venda da Garoto deixou os ca-

pixabas apreensivos quanto ao futuro da marca, da empresa e de seus funcionários, disse. “A venda da Garoto foi o último ato de uma disputa acionária que tirou do comando da empresa, em dezembro de 1998, Helmut Meyer-



Ricardo Santos: negócio com a Nestlé deixou capixabas apreensivos com futuro dos empregados

freund e vários gerentes e funcionários de sua confiança”, acrescentou.

Paulo Hartung lembrou o caso da fusão de cervejarias que resultou na AmBev, e defendeu a necessidade de garantir uma concorrência sadia. Ele lembrou que foram mais de 70 anos de existência e de sucesso comercial da empresa. “A Garoto manteve-se forte no mercado mesmo após a abertura para produtos importados.”

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que é lamentável ver empresas brasileiras sendo vendidas e entregando o mercado brasileiro para estrangeiros. “A AmBev acabou com 2,5 mil pequenos distribuidores. Temos que zelar por essas empresas. Esperamos que, pelo menos, a Nestlé mantenha a marca e os empregos.”

Eduardo destaca estudos sobre jornada de trabalho

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou a importância de dois estudos sobre trabalho divulgados, na última semana, pela Agência Jornal do Brasil. O parlamentar lembrou que a publicação é oportuna, já que atualmente segmentos da sociedade e órgãos ligados aos trabalhadores discutem a reforma da legislação trabalhista.

Desenvolvido pelo instituto francês Sodhexo Alliance em 11 países, afirmou o senador, o primeiro estudo concluiu que o Brasil possui a segunda maior jornada de trabalho do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. O segundo trabalho, elaborado pelo professor Claudio Dedecca, do Centro de Estudos de Economia do Trabalho e Relações Sindicais, da Universidade de Campinas (Unicamp), revela que o brasileiro desenvolve uma jornada média anual de 1.920 horas trabalhadas.

O resultado, acrescentou, se comparado com os números registrados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento



Eduardo Siqueira Campos: Brasil possui a segunda maior jornada de todo o mundo

Econômico (OCDE), também coloca o país no segundo lugar mundial em horas trabalhadas, estando à frente inclusive do Japão, país conhecido por ter uma elevada carga de trabalho e diminutas férias, informou. Os dados são referentes a 1999.

— Os estudos divulgados são relevantes, principalmente quando temas como a redução da jornada de trabalho estão na pauta de discussões sobre a melhor forma de combater o fenômeno do desemprego, que não é privilégio brasileiro, mas sim preocupação mundial, sem exceções — concluiu o parlamentar.

RAMEZ TEBET RECEBE MINISTRO E EMBAIXADOR DA TUNÍSIA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem, em seu gabinete, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Ben Yahia, que estava acompanhado do embaixador tunisiano, Hassime Bouzid. A visita faz parte da agenda da visita

oficial do chanceler da Tunísia ao Brasil.

No encontro, o ministro, o embaixador e Tebet conversaram sobre as relações bilaterais e manifestaram o interesse no incremento da cooperação entre os dois países.



Ramez Tebet discutiu com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia o incremento das relações com o Brasil

Lançada carta em defesa da América Latina

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul divulgou a “Declaração de Fortaleza”, reunindo princípios de proteção à América Latina, que deverão nortear as negociações para a formação de área de livre comércio na região

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e a Assembléia Legislativa do Ceará lançaram na capital daquele estado a “Declaração de Fortaleza”, carta de princípios e reivindicações para proteger a América Latina frente à globalização da economia.

Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Comissão Conjunta do Mercosul, definiu o documento como um posicionamento daqueles países no dever de conservar seu patrimônio cultural, proteger suas etnias e tradições e eliminar quaisquer discriminações que possam atingi-los. Por isso, ele disse que as negociações para a formação de qualquer área de livre comércio que inclua a América Latina devem ser executadas levando em conta os princípios consagrados na “Declaração de Fortaleza”.

No documento, os países latino-americanos declaram que os acordos realizados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird) devem ter a participação da sociedade civil; que é necessário incluir todos os países latino-americanos nos processos de discussão da integração política,



Roberto Requião considera o documento uma reação às pressões impostas às nações latino-americanas

ca, econômica e social nas Américas; que as negociações para a formação de áreas de livre comércio devem ser executadas coletivamente pelos blocos econômicos; e que os parlamentos ali representados devem promover os valores universais da solidariedade, justiça social e democracia.

PRESSÕES

Como presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul, Requião apontou a “Declaração de Fortaleza” como do maior significado em face das permanentes pressões impostas às nações latino-americanas pelas agências financeiras multilaterais, para interferir na elaboração de suas políticas macroeconômicas. Ele ainda

observou que se aprofunda a pobreza em todo o continente, sendo uma missão desses parlamentos libertar a América Latina da miséria e dirigi-la para um seguro processo de desenvolvimento.

O documento foi entregue na reunião que o BID realizou em Fortaleza. O texto foi o ponto alto do seminário “O Mercosul, a Alca e o endividamento externo”, que terá seqüência em evento que discutirá, hoje, em Natal (RN), “O Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas”.

Esta reunião terá a participação dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), José Agripino (PFL-RN) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

José Cruz

Alcântara apóia críticas de Fernando Henrique ao FMI

Presente ao encontro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizado em Fortaleza, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) louvou as declarações do presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, que fez críticas ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em seu discurso, o presidente criticou o Fundo por atender de maneira diferente, e pior, os países latino-americanos, em comparação com os europeus. Fernando Henrique afirmou que, com esse comportamento, o FMI trata os líderes dos países latinos como se fossem analfabetos.

Alcântara disse que a forma incisiva com que o presidente se referiu ao organismo internacional deveria ser aplaudida por todos os partidos, independentemente da postura ideológica. O parlamentar elogiou o presidente por fazer críticas ao protecionismo norte-americano. As recentes medidas restri-

tivas que os Estados Unidos adotaram em relação ao aço podem fazer com que o Brasil tenha um prejuízo de cerca de US\$ 400 milhões por ano, afirmou o senador.

– A internacionalização da economia não pode ter vindo para cristalizar as desigualdades entre as nações. O que temos observado nos permite concluir que a economia de mercado é boa para gerar riqueza, mas não para distribuir. Não pode ser assim – salientou.

Na visão do senador, a postura do governo americano faz com que todos os países do continente fiquem desconfiados das anunciadas vantagens da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele ressaltou ainda que as análises do presidente do Peru, Alejandro Toledo, sobre o cenário econômico mundial seguiram a mesma linha da do presidente Fernando Henrique.



Alcântara: globalização não pode cristalizar desigualdades

Roosevelt Pinheiro

Cabral anuncia videoconferência para debater comércio exterior

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou a realização, na próxima quarta-feira, em Brasília, de uma videoconferência promovida pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com a participação de parlamentares brasileiros e norte-americanos, para debater questões relacionadas com comércio exterior.

O convite para a programação foi encaminhado pelo presidente da Comissão do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ele explicou que o evento permitirá discutir a autorização para a promoção comercial norte-americana, efetivada pelo Congresso dos Estados Unidos, no contexto



Conferência anunciada por Cabral abordará discussão sobre Alca

do relacionamento econômico globalizado. O assunto, destacou Requião, contemplará a questão

da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e seu impacto sobre a economia brasileira.

O senador José Fogaça (PPS-RS) atentou para a relevância do evento esclarecendo que o tema – *Trade Promotion Authority* (Autoridade para Promoção Comercial dos EUA) – trata de instrumento institucional que concede ao Congresso americano o direito de estabelecer previamente quais serão os parâmetros para a realização dos acordos e negócios comerciais com outros países.

– Esse debate é importante porque poderemos conhecer o sistema em que a decisão sobre as trocas comerciais entre países não é matéria restrita à política diplomática – afirmou José Fogaça.

José Cruz

CCJ cancela medalha dada pelo governo a Fujimori

Os senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram anular a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul feita pelo governo brasileiro ao ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori. Segundo o autor do projeto de decreto legislativo, senador Roberto Requião (PMDB-PR), a proposição tem o intuito de “corrigir uma

injustiça e uma afronta cometida contra o povo peruano, tendo em vista que Fujimori deixou posteriormente o governo do Peru sob graves acusações de corrupção e de haver fraudado a sua reeleição”. O projeto recebeu parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e ainda será apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.